



ATA NÚMERO 13
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, Pedro Manuel Barros Pereira, António José Dinis Mesquita, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Rui Miguel Borges**, Octávia Manuel Clemente, **Joaquim Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Ana Cristina Varejão Reis, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Faltou
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães,
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Maria José Castelo Branco, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Alexandra Matias e Lino dos Santos Macedo.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de 28 de fevereiro. Foram feitas algumas correções solicitadas pelos senhores deputados municipais: José Freitas Ribeiro, e Octávia Clemente. Feitas as correções, passou-se de imediato à votação da referida ata. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida até ao dia da presente reunião.

Encerrado este assunto, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou de imediato ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. Inscreveram-se os senhores:

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Primeira questão – Linha do Tâmega

A Coligação PSD/CDS, pela voz do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no final do ano de 2013, anunciou a pretensão de reativar e eletrificar a Linha do Tâmega, a fim de possibilitar a chegada dos comboios suburbanos do Porto à cidade de Amarante, fazendo a ligação com a linha do Douro, na estação da Livração. Esta ideia recebeu o apoio político do senhor Presidente da Câmara do Marco de Canavezes, Dr. Manuel Moreira. O senhor Presidente da Câmara de Amarante, esclareceu ainda que tinha a concordância do Governo, nomeadamente da Secretaria de Estado dos Transportes, para avançar com um estudo, que teria assessoria dos técnicos da REFER e da CP, a fim de aferir da sustentabilidade da Linha do Tâmega, para depois poder ou não avançar com o projeto.

Em Abril de 2014, o governo, também de Coligação PSD/CDS, anunciou uma verba de seis mil milhões de euros até 2020, para infraestruturas e transportes (nos setores portuários, ferroviários, rodoviários, aeroportuários), afetando ao setor ferroviário grande parte desse investimento, com um montante de dois milhões e

seiscentos mil euros. Estes investimentos definidos como prioritários, têm como origem os fundos comunitários.

Em nome da seriedade política, tal anúncio por parte do governo de Portugal legitimou de certa forma a pretensão do senhor Presidente da Câmara de Amarante, no que diz respeito pelo menos ao financiamento do projeto de via larga para a alinha do Tâmega.

Durante o mês de abril de 2015, vimos circular nos diversos meios da comunicação social múltiplas informações relativamente a este assunto, nomeadamente: - noticiavam que a CP vendeu, as automotoras que circulavam nas Linhas do Tâmega e Corgo a um país da América Latina. Ao Jornal Notícias de 18 Abril 2015, um responsável da CP esclarecia que, como este governo tinha determinado a desativação destas linhas, tendo posto de parte, definitivamente, a possibilidade da sua recuperação, não fazia sentido manter o seu material circulante a degradar-se e que, por isso, uma política de boa gestão exigia que fosse alienado. A 27 de abril de 2015, a comunicação social nacional e local publicaram fotografias do carregamento das automotoras que se encontravam aparcadas na estação da Livração e informaram ainda que estas foram vendidas a uma empresa privada do Peru. Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Luís Gaspar, este assunto carece de esclarecimento, o Partido Socialista coloca-lhe hoje nesta Assembleia Municipal, sete questões muito concretas, para as quais lhe peço uma resposta direta e se possível definitiva:

1. É verdade que a linha do Tâmega foi desqualificada?
2. É ou não verdade que o equipamento foi vendido, sem comunicação prévia aos autarcas dos territórios onde passa a Linha do Tâmega?
3. No Caso afirmativo, das duas questões anteriores, não acha senhor Presidente da Câmara que a Secretaria de Estado cometeu uma grande falta de respeito institucional perante a Câmara Municipal de Amarante e desrespeitou a população do concelho de Amarante, visto que há cerca de um ano acordou com o senhor a realização de um estudo de viabilidade económica, a fim de aferir da possibilidade da reabertura da Linha do Tâmega? Criando deste modo, falsas expectativas, quando desde a primeira hora, como se pode ver por ulteriores acontecimentos, não tinham intenção de satisfazer a sua pretensão?
4. O Município de Amarante, tomou alguma iniciativa no sentido de contrariar essa intenção, tentando manter acesa a chama da esperança pelo menos na recuperação da linha do Tâmega como via estreita?
5. O senhor Presidente, já está em condições de nos informar sobre os resultados do estudo de sustentabilidade sobre a Linha do Tâmega?
6. Senhor Presidente, na sua opinião, há ou não a possibilidade da reabertura da linha do Tâmega?
7. Caso a resposta seja negativa, que destino alternativo pretende dar aquela Linha?

Segunda questão: Estação de Gatão

Quando V. Exa foi investido nas funções de Presidente da Câmara de Amarante, em outubro de 2013, estava em fase terminal de requalificação um equipamento de grande utilidade para os utentes da ecopista. Refiro-me à estação de Gatão.

Que impede a Câmara para abrir ao usufruto público, este equipamento?

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra, começou por pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, perguntando-lhe se com a conclusão da ETAR de S. Simão, que segundo os técnicos está para breve e uma vez que este equipamento recebe todo o emissário do Ovelha e como atualmente a rede de saneamento de Jazente drena para poços coletores sumidouros, e por isso gostava de saber, depois da entrega do sistema às Águas do Noroeste, se a partir de agora a responsabilidade é da Câmara, ou se os

moradores têm de providenciar junto das Águas do Noroeste a ligação ao novo emissário que segundo dizem os técnicos estará pronto a inaugurar em setembro.

O segundo ponto da sua intervenção prendeu-se com os transportes urbanos na cidade de Amarante. "Passaram seis meses e constata-se que o projeto não surtiu os efeitos esperados, isto é, não se vê maior mobilidade na cidade, nem os cidadãos têm melhor qualidade de vida. A fraca adesão ao transporte faz com que diariamente nos cruzemos nas diversas artérias da cidade com o VIA vazio, sem ocupantes para além da tripulação. Perante esta realidade, são muitos os amarantinos que se cansam de ver os minibus constantemente vazios, nomeadamente no percurso da zona histórica Arquinho/Santa Luzia, perguntando: Afinal quem paga isto? Muitas vezes estes comentários ofendem quem de uma maneira ou de outra se liga à autarquia". Por outro lado constata ainda que os minibus são de dimensão pouco recomendável para a zona histórica e provocam muitas vezes congestionamentos no trânsito. Para além disso, são a gasóleo, com alguma idade e poluem.

Concluiu solicitando ao senhor Presidente da Câmara que lhe respondesse a duas questões: "Tem a Exma. Câmara algum custo com este transporte? Está o Sr. Presidente da Câmara a pensar reformular este projeto, introduzindo-lhe algumas alterações ao nível do trajeto, horários e ainda ao nível das viaturas?"

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que registava a intervenção do senhor deputado José Joaquim a quem disse que não percebe como é que ele ainda fala na falta de seriedade. Se lesse o programa eleitoral do PSD ia ver qual era o nosso compromisso. Não foi reativar a linha, nem larga nem estreita. Veja o nosso programa eleitoral e veja qual é o nosso compromisso. Se venderam as automotoras de via estreita que estavam a apodrecer, gostava que ele lhe dissesse se eram aquelas automotoras que ele queria para ativar a linha. Elas podiam eventualmente ter valor museológico. Eu não queria aquelas automotoras para reativar a linha, porque elas estavam todas podres, porque estavam paradas desde 2009. Concerteza que não era isso que o senhor queria.

Tanto quanto sabe, as entidades que importam neste assunto e neste caso a REFER, a Câmara teve o cuidado de contatar a REFER e eles estão ainda a abordar o estudo que lhe foi apresentado pela Câmara, o tal estudo de viabilidade económica que a Câmara se comprometeu apresentar. Esse assunto continua e ainda não há da parte da REFER nenhuma decisão para reativar ou deixar de reativar a linha. A REFER está ainda a debruçar-se sobre o estudo de viabilidade económica que a Câmara lhe apresentou. Mas senhor deputado é preciso não esquecer que a linha foi desativada. Sabe como? Sabe quando, não sabe? E depois o senhor pergunta o que é que nós fizemos. E os senhores o que é que fizeram? Já vi que não sabe.

De seguida veio o senhor deputado Manuel Pinheiro falar do VIA. Ao fim de seis meses, o senhor já sabe que não cumpriu os objetivos. Falou a alguém sobre a monitorização do VIA? Como é que o senhor chegou a essa conclusão? É que se queremos ser sérios na análise temos de ter conclusões fundamentadas. É essa visão derrotista que eu não entendo senhor deputado. O senhor fez bem em fazer a pergunta, mas repare, ao fim de seis meses, penso eu ainda não se consegue ter uma visão detalhada se o VIA vai ser ou não eficaz. Tem de se dar algum tempo. Que é que o senhor quer? Quer acabar com o VIA? O senhor acha que este Executivo que teve a coragem de implementar um transporte que há muito era falado e necessário, não tem de ter tempo para ver a sua eficácia? Acha ou não que é um bom projeto? Deu-me a sensação, e desculpe senhor deputado se eu estou a fazer esta presunção, que o senhor deputado estava a dizer isto com alguma alegria, quando diz que as "pessoas não aderem ao VIA, as pessoas não entram no VIA", tem que perceber que as pessoas têm de ter algum tempo para se habituar a utilizar os transportes públicos porque é

positivo. Eu espero muito francamente que adiram e adiram em massa, porque é um transporte essencial para Amarante, nomeadamente para o trajeto para o Hospital que tem muita utilização. É muito importante para as pessoas mais carenciadas que não têm dinheiro para pagar a um táxi. Espero muito francamente que o VIA seja projeto sustentável e viável em prol de Amarante.

É esta visão coletiva que eu gostava de ver em toda a gente.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que registava com desagrado a forma como o senhor deputado António Araújo vem à tribuna defender questões que lhe parece serem da responsabilidade do senhor Presidente da Câmara. No poder local existe o Órgão Assembleia Municipal onde é possível e permitido colocar as questões ao senhor Presidente da Câmara. Ou será que os deputados do Partido Socialista não podem fazer perguntas? Ninguém duvida que os autocarros vão cheios para o Hospital. Agora aquilo que o senhor Manuel Pinheiro perguntou, foi se havia estudos, e se tem sido feito algum acompanhamento aos transportes do VIA?

JOSÉ JOAQUIM – PS

No uso da palavra começou por dizer que não pôs em questão a seriedade do senhor Presidente da Câmara. O que ele perguntou, foi que havendo uma verba de seis milhões e duzentos mil euros, se havia a possibilidade de fazer avançar o processo? Todos sabemos que o poder central é pouco sério para com o poder local. Se algo falhou, é porque a Câmara foi enganada. A sua intervenção foi apenas feita à volta das notícias que dia a dia circulavam nos órgãos de comunicação social.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que “Era o faltava a senhora deputada vir aqui condicionar as suas intervenções. Isso é que é um ataque à liberdade de expressão. A senhora fazer desagravo dos seus deputados não parece muito correta, porque eles certamente não precisam. Eles sabem defender-se e desagravar-se. Eu não agravei ninguém. Era o que faltava fazer desagravos, até porque foi no seu mandato que a linha foi desativada. O que é que a senhora fez? Também tenho legitimidade para fazer esta pergunta. É que isso de estar no poder vinte e quatro anos e agora a quem está no poder há menos de dois anos exigir tudo e perguntar tudo e mais alguma coisa, não fica bem. Podem fazer as perguntas que quiserem. Mas é preciso conhecer as coisas. É preciso saber os limites. É preciso ter bom senso político senhora deputada.” Lamenta que o Partido Socialista esteja nesta Assembleia a defender-se com vozes que têm grande responsabilidade no estado de coisas a que esta terra chegou. “Lamento que não tenham tido alternativa. Lamento politicamente. Não é nada de pessoal. Lamento que o Partido Socialista não tenha uma alternativa política ao passado, porque quando se quer atacar as coisas que correm mal, já se sabe quais são as pessoas que tem de se atacar.”

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que uma vez que a senhora deputada Octávia Clemente e o senhor deputado José Joaquim invocaram os 41 anos do 25 de Abril, também têm de ter a hombridade de aceitar que hoje se critiquem as vossas críticas.

Das sete perguntas que o senhor deputado fez, quer apenas deixar-lhe também uma pergunta à número três, que é a seguinte: “Quem é que foi desrespeitado pela senhora Secretária de Estado dos Transportes? Foi este Executivo, ou foi o anterior Executivo?”

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra a senhora deputada disse que quem encerrou a Linha do Tâmega não foi este Governo. Ela, foi no passado suspensa por motivos de segurança. Quanto à falta de auscultação da Câmara de então, obviamente que o Executivo de então foi desrespeitado. Ninguém o negou. Agora, senhores deputados é tempo de esquecer o passado, planeamos o presente e o futuro. Decorrido um ano e meio desde que este Executivo tomou posse, temos de trabalhar em conjunto para melhor responder aos interesses de Amarante e dos Amarantinos. Olhar sempre para o passado não resolve problema rigorosamente nenhum. De qualquer das formas o Partido Socialista esteve vinte anos no poder. Eu fiz parte de doze anos desse poder. Não tomamos o poder de assalto. Fomos eleitos de quatro em quatro anos. Os Amarantinos depositaram em nós nova confiança que foram renovando por sucessivos mandatos. Neste último não nos deram essa renovação. Somos oposição. É um novo papel. É certo. Conhecemos o papel da Câmara. Está eleita democraticamente. Compete-lhe decidir os destinos do Município. Nós aqui estamos para colaborar naquilo que deve ser o nosso apoio e para discordar naquilo que merece a nossa discórdia, mas nada nos impede de pedir esclarecimentos. Ninguém veio aqui criticar ou deixar de criticar. Aquilo que o PSD está a tentar fazer na Assembleia é impedir-nos de pedir informações, o que é grave. Nós só queremos ter informação, mas pelos vistos o Dr. Araújo tem-na toda, porque foi ele quem veio dar todas as respostas. Mas nós queremos ouvi-las da boca do senhor Presidente da Câmara. Foi ele o eleito para gerir os destinos deste Município e mais ninguém. É ele quem tem de prestar as informações que o Partido Socialista lhe pede.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, que disse embora o Presidente da Assembleia não possa intervir nesta discussão, deve contribuir para dar uma boa imagem da Assembleia Municipal. É neste sentido que quer informar a Assembleia do seguinte: "A empreitada da requalificação da Linha do Tâmega foi iniciada pelo primeiro Governo do Partido Socialista. Também é verdade que essa mesma empreitada foi suspensa pelo Governo do Partido Socialista. Agora, por Decreto-Lei deste Governo, as linhas de via estreita, onde se inclui a Linha do Tâmega, do Corgo e uma outra em Leiria, foram desqualificadas. É preciso que fique claro que essa desqualificação foi feita por Decreto-Lei do atual Governo PSD."

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra neste período, foi então dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, para ele poder responder às questões que anteriormente lhe foram colocadas. Começou por dizer ao senhor deputado José Joaquim que também ficou surpreendido com as notícias que saíram no Jornal de Notícias no passado dia dezoito. Em reunião com o senhor Presidente da Câmara do Marco de Canavezes ficaram decididas as medidas que deviam ser tomadas. Solicitou ao Engenheiro António Ramalho, responsável na REFER, para tentar encontrar uma solução para o assunto. Também numa reunião com o senhor engenheiro Álvaro Costa, pessoa reputada nesta matéria, procurou-se uma solução para a sustentabilidade da linha. Defende uma linha larga, eletrificada e com ligação direta. Foi então decidido que a parte técnica estudasse a sustentabilidade da linha. Também ficou surpreendido com estas informações dos jornais. Isto foi efetivamente uma falta de consideração. Enviou-lhe um e-mail a lembrar o que havia sido combinado. Recebeu como resposta, que "não havia ainda qualquer avanço nas questões colocadas". Perante isto não tomará iniciativa, até ver qualquer posição pública. Vão continuar a lutar para que o comboio regresse a Amarante. Se tal não vier a ser possível, a solução poderá passar por fazer circular um veículo que garanta o transporte às pessoas que o faziam no comboio. Solicitará ainda ao Dr. António Ramalho que até ao fim deste ano decida se vai haver ou não linha. Não podemos ano após ano andar a falar sempre no mesmo.

Relativamente às instalações da Estação de Gatão, disse que teve recentemente uma reunião com o senhor Presidente da Dolmen, e com senhor

Presidente da Junta, para tentar encontrar uma solução para se poder abrir as instalações. Analisados os documentos do protocolo, conclui-se que aquele espaço não pode ser explorado nem entregue a nenhuma entidade privada durante os próximos cinco anos. Só pode ser explorado pela Câmara, ou então por uma associação sem fins lucrativos. Vai tentar encontrar a melhor solução.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Manuel Pinheiro, a quem disse que tecnicamente a ETAR de S. Simão estará pronta em setembro. Só a partir dessa altura é que se poderá decidir qual a melhor solução para ligar a freguesia à ETAR.

Referiu-se de novo aos transportes urbanos/VIA para dizer que está a aceitar sugestões. Há uma série de alterações que caso a caso vão sendo acertadas, de modo a tornar o VIA mais sustentável. Não queria que acabasse. Concorda que os autocarros podiam ser mais novos, mas ainda estão na fase de afinação deste processo.

Relativamente às automotoras, sabe que têm valor museológico, mas ao que parece foram vendidas à Noruega. "Deviam ficar em Portugal, no Museu do Arco de Baúlhe. É grave que tenham sido vendidas."

Concluída a prestação de esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara, passou-se de imediato ao período destinado às intervenções do público. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: **ARTUR ANDRADE**, de Olo, que no uso da palavra disse: "Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Amarante, Ex^a Mesa, Ex^a Câmara. Srs. Deputados e Público.

1 - Com a aprovação da Toponímia da Freguesia de Olo e posterior aprovação da Toponímia da Freguesia de Fridão, foi-me criado um problema que penso ser grave.

Tenho uma casa com duas moradas em duas Freguesias distintas:

Rua de Carvalhais, Nº 171
4600-690 Olo

e

Rua da Paradela, Nº 1606
4600-620 Fridão

O problema já se arrasta há anos, não me refiro à questão dos baldios mas sim à divisão administrativa.

- Para algumas entidades, por exemplo o IFAP a PT os CTT e CMA, a minha casa situa-se em Fridão, embora a nível de registos com mais de 100 anos situa-se em Olo.

- A licença de utilização passada pela CMA, os registos e cadernetas prediais, o Censos e o meu local de voto é a Freguesia de Olo, aliás recentemente foi feita uma vistoria a um muro de suporte a pedido da Junta de Freguesia de Olo, o auto da vistoria diz que o muro esta em Olo, mas nas Cartas do Urbanismo da CMA coloca o dito muro em Fridão.

Por estes e muitos mais motivos penso que é altura de resolver definitivamente este problema.

Venho por este motivo questionar a Ex^a Camara de Amarante, se já procedeu ou se vai proceder a alguma tentativa de acordo com as duas Juntas de Freguesia quanto à divisão administrativa?

2 - Já que vai celebrar 100 anos, também gostava de saber em que ponto se encontra o processo de requalificação da obra hidroelétrica do rio Olo?

3 - Por fim queria pedir à CMA para recomendar ao ACP que no próximo rali de Portugal identifique corretamente a zona de espetáculo, que devia ser chamado Olo ou Olo/Sapinha e não só Sapinha. Quanto à classificativa o porquê no troço do Marão ter o nome de Fridão, quando $\frac{3}{4}$ do seu percurso são na União de Freguesia de Olo e Canadelo? Deixo uma sugestão, porque não chamar-se Serra da Meia Via."

Usou de seguida a palavra o senhor **HERNANI CARNEIRO**, que disse que “Há algumas debilidades no compromisso em vitalizar diversas políticas, e uma das que eu me quero referir, é a que toca essencialmente à limpeza das nossas ruas, ao fim de semana, quando os Serviços não funcionam, desqualificando a nossa vaidade como cidadão, tudo revelador de pouca educação, civismo e cidadania, daqueles que passeiam os seus animais, cães e cavalos, esquecendo-se da porcaria que se acumula por todos os lados.

Houve duas vezes este ano, com mais incidência na rua 5 de outubro, e qualquer delas em momentos especiais, que era nojento aqui passar, com dejetos de cão e cavalo, sem qualquer responsabilidade dos proprietários. Digo sem qualquer responsabilidade dos proprietários, pois quanto à limpeza, quem quiser que trate do assunto.

E assim aquela porcaria ficou até segunda feira.

Nada tenho contra os animais, mas as matilhas que por vezes se formam, obrigam a uma estratégia de higiene e segurança, depois os donos passeiam os animais à vontade, sem trela nem açaimo, são um perigo público, e como disse, além da porcaria que temos de aguentar nos passeios diariamente.

Quanto aos cães vadios, lembro-me que a Cercimiarante apresentou há muitos anos atrás, um projeto para um canil, considerado caro na altura, mas de facto é que sendo um das nossas carências, não se poderão evitar aquelas cenas menos recomendáveis na via pública, ou o contínuo vadiar nas ruas de animais sem dono.

Para o problema que aqui dou conta, há a necessidade de uma postura municipal, pois não é com processos remediativos que se dá resposta a estes casos, e sublinho também, que mesmo os pequenos espaços ajardinados que o nosso Município mantém, prevalece o aspeto da sujidade, que estendo à Ecopista, sofrendo dos mesmos males, com os donos deixando os animais à vontade, criando por vezes atritos com os utilizadores deste equipamento, pelo que as respostas devem concretizar-se logo que possível, com uma postura municipal ou regulamento adequados, disciplinado esta indisciplina que estou dando conta.”

Usou de seguida a palavra o senhor **JORGE PEREIRA DA SILVA**, que perguntou em que ponto de situação se encontra a obra de construção da barragem de Fridão? Disse também que lamentava que o problema do abastecimento de água e saneamento da margem esquerda continue por resolver. O saneamento não chega à ETAR recentemente inaugurada. Aproxima-se o verão e os cheiros são nauseabundos.

Continuou a intervenção para dizer que quando se construiu a barragem do Torrão, perdeu-se uma grande oportunidade de fazer um arranjo nas margens do rio. Ficou-se na cota 63 e isso não foi então possível. Perguntou se não seria possível negociar hoje com a EDP essas obras?

Terminou referindo-se a um espaço existente junto à Central de Camionagem, que está neste momento subaproveitado e que na sua ótica devia ser arranjado para se poder ali criar um espaço para o estacionamento de duzentos/trezentos carros.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, no período destinado ao público, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que relativamente à questão colocada pelo senhor Artur Andrade, disse-lhe que pode intervir, chamando os senhores Presidentes da Junta e com eles estudar essa alteração. Reuniu recentemente com as Direções dos Baldios, por causa do Rali de Portugal e tentou encontrar uma solução, embora não dependa só dele. Promete que vai tentar resolver o problema. Quanto à Central Hidroelétrica disse que a Câmara está a tentar ficar com a concessão daquelas instalações para poder rentabilizar o espaço envolvente. Brevemente terá notícias.

Relativamente à intervenção do senhor Hernâni Carneiro, agradeceu-lhe as sugestões. Há muito a fazer nesta matéria. A Câmara tem de ser efetivamente mais vigilante e vai estar mais atenta.

Respondeu de seguida ao senhor Jorge Pereira da Silva a quem disse que a barragem vai ser construída. A licença vai ser emitida e depois têm um a dois anos para começar as obras. As contrapartidas vão ser negociadas depois.

Quanto à solução definitiva para a margem esquerda, ainda vai demorar. Quanto ao estacionamento sugerido pelo senhor Jorge poderá ser uma alternativa. Neste momento, todo o espaço destinado ao estacionamento na baixa da cidade está a ser analisado. Contudo, agradeceu-lhe a sugestão.

Terminado este período da Assembleia Municipal, passou-se de imediato ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO NUMERO 1 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATORIO DE ATIVIDADES DOS SERVIÇOS E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA.

Inscreveram-se para usar da palavra, os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que queria realçar o montante de financiamento em termos de candidaturas aprovadas no âmbito do overbooking ser já de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, o que denota a atitude deste Executivo em termos de aproveitamento dos fundos europeus, dos fundos estruturais, que ainda existem no âmbito do anterior Quadro.

AMERICO PAULO – PS

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O novo Hospital de Proximidade de Amarante está implantado numa área total do terreno de 75.611 m², com uma área de implantação no terreno de 10.672 m², sendo o total de área bruta de 20.551 m², situada na cidade de Amarante e dispõe de 4 pisos.

O programa funcional aprovado e que deu origem ao projeto e construção do novo Hospital de Amarante prevê as seguintes Especialidades e Serviços:

SERVIÇOS DE APOIO MÉDICO: Imagiologia, Laboratório central, Bloco de cirurgia de ambulatório, Anestesiologia, Farmácia e Serviço Domiciliário.

UNIDADES DE INTERNAMENTO (60 camas): Quartos particulares (28 camas) e Enfermarias (32 camas).

AMBULATÓRIO: Admissão de Doentes, Consulta Externa, Urgência Unidade de dia, Unidade de Saúde Mental, Medicina física e de Reabilitação.

ENSINO E FORMAÇÃO PERMANENTE: Departamento de ensino e formação profissional.

SERVIÇOS DE APOIO GERAL: Esterilização, Desinfeção de camas, Rouparia, Alimentação e dietética, Refeitório pessoal, Instalações e equipamentos, Central de transportes, Central de limpeza e Parqueamento (250 lugares).

SERVIÇOS GERAIS: Entradas e Portarias, Direção e Administração, Serviços Religiosos, Comissões Técnicas; Serviços Administrativos, Serviço de Saúde Ocupacional, Casa Mortuária e Serviço Social.

Prevê para o normal e regular funcionamento das valências supra referidas 430 trabalhadores.

Porém, até à data, o programa funcional ainda não foi cumprido, por falta de implementação das seguintes Especialidades e Serviços:

SERVIÇOS DE APOIO MÉDICO: Imagiologia, Laboratório central (apenas procede à recolha), Bloco de cirurgia de ambulatório (de três blocos apenas está a ser utilizado um e a 30%), Anestesiologia, Farmácia e Serviço Domiciliário.

AMBULATÓRIO: Consulta Externa (faltam muito mais especialidades), Urgência (só tem clínicos gerais, não tem apoio de medicina interna até às 20 horas) e Unidade de dia.

ENSINO E FORMAÇÃO PERMANENTE: Departamento de ensino e formação profissional.

SERVIÇOS GERAIS: Direção e Administração, Serviços Religiosos, Serviços Administrativos (entre outros, falta pessoal na área financeira, na área de pessoal e no apoio à administração), Serviço de Saúde Ocupacional.

Decorrido um ano e meio desde que assumiu funções de Presidente da Câmara, pergunto-lhe: O que tem feito para forçar o Governo a cumprir o programa funcional?

Quais são as expectativas do Sr. Presidente relativamente ao cumprimento do programa funcional? Caso não se cumpra, que medidas tenciona tomar?

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que relativamente ao relatório e à situação financeira da Câmara, o Partido Socialista congratula-se com o facto do relatório continuar a espelhar uma boa situação financeira. "Espero que estes valores continuem a ser os mesmos no futuro."

O Partido Socialista congratula-se também pelas candidaturas em regime de overbooking, tendo sido já algumas aprovadas. O Partido Socialista fica satisfeito pela sua aprovação. Aliás na última Assembleia tinha feito referência a que o PSD e o CDS fizessem o confronto entre aquilo que é aprovado e o montante elegível e não fazer as contas apenas com aquilo que foram as candidaturas. Neste momento já temos o ponto da situação das candidaturas que foram aprovadas, O Partido Socialista regista este ponto com agrado. De qualquer das formas não podia deixar de dizer que não é novidade, e não há um novo paradigma. Também nós no passado, no último Quadro Comunitário lá conseguimos ir buscar um milhão cento e oitenta e três mil euros em regime de overbooking. O overbooking resulta neste caso, relativamente ao último Quadro Comunitário de uma reprogramação financeira do QREN. Ou seja, houve uma fraca taxa de execução relativamente às verbas que estavam alocadas para Portugal e caso essas verbas não fossem utilizadas teriam de ser devolvidas à União. Naturalmente quem fez obra, pode candidatar-se até junho ou julho de 2015. Vai buscar fundos comunitários e faz muito bem.

A coligação que gere os destinos da Câmara está a fazer uma boa gestão nesta perspetiva. Portanto o Partido Socialista regista com agrado este relatório que espelha a situação do Município.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que "Em primeiro lugar fica satisfeito com a satisfação da Dra. Octávia relativamente aos fundos estruturais, porque na última reunião pareceu-lhe que havia um certo ceticismo, ou pelo menos alguma esperança de que as coisas corresse mal. Mas pode ser só uma impressão.

Relativamente ao Hospital, regista e partilha a preocupação do senhor deputado Américo Paulo. Mas nós já temos essa preocupação há muito tempo. No anterior mandato, eu e nomeadamente o senhor Presidente da Câmara andamos reiteradamente a falar no problema do Hospital. Acho que se deve fazer alguma coisa e julgo que o atual Executivo pode fazer alguma coisa. Mas o anterior Executivo o que é que fez? Nessa altura o senhor deputado não fez essa pergunta. Por isso é que eu tenho que criticar, porque se fosse o meu Partido que estivesse no Governo faria sempre essa pergunta, fosse o PSD, fosse outro qualquer Partido que estivesse no governo da Câmara, ou no Governo nacional. O senhor deputado só faz agora a pergunta, mas isto é um assunto que já vem de trás. Eu lembro-me que eu e o atual Presidente da Câmara interrogávamos o anterior Presidente da Câmara dizendo-lhe: "isto vai correr mal", e ele dizia-nos: "eu só quero melhor saúde". Veio cá o senhor Presidente do Conselho de Administração que dizia que ia haver melhor saúde e a coisa ficava por aí. Era esta a postura. Eu partilho a sua preocupação. Politicamente se

quiser fazer uma ação conjunta com o PSD podemos fazê-la. Eu quase que aposto senhor deputado, que se houver eleições legislativas e mudar o Governo, a preocupação do senhor deputado acaba de um minuto para o outro."

AMÉRICO PAULO - PS

No uso da palavra disse que: "Tenho muita honra em falar da gestão do PS na Câmara Municipal de Amarante, mas agora é tempo de falar da vossa gestão e exigir os esclarecimentos necessários. O PS já foi julgado nas várias eleições que decorreram durante a sua gestão.

Porque se vamos falar do passado, temos que falar forçosamente da gestão do PSD antes de mil novecentos e oitenta e nove, que deixou a Câmara de Amarante, sem luz, por falta de pagamento e má situação financeira. Com o PS foi o oposto, deixou uma Câmara de boa saúde financeira, obras, projetos e orientação para o futuro."

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que agora ia começar a discutir mil novecentos e onze. "Não sei quem estava aqui na Câmara, mas concerteza já havia Câmara. Agora, se havia luz ou não, isso não sei. Senhor Deputado eu gostava que o senhor tivesse uma visão aberta, não sectária sobre os problemas. Eu já lhe disse que o PSD está disponível para juntamente com o PS fazer uma ação conjunta, neste momento em que o Executivo é do PSD, e o Governo é do PSD. Pode ser já amanhã, ou quando o senhor quiser, para juntos podermos influenciar nesta questão do Hospital. Temos de ter sempre a mesma posição. Quase que aposto que se nas próximas eleições mudar o governo, no dia a seguir a sua preocupação vai acabar. Eu na altura estou cá para ver, eu pago para ver.

Ao que sei, e eu não estava cá no tempo da gestão PSD em mil novecentos e oitenta e nove, mas ao que sei e ao que me disseram aquilo que o senhor disse aqui da luz não é verdadeiro. Deve estar aqui alguém que possa explicar melhor isso. Ao que sei, o senhor adulterou a realidade e nestas coisas, até porque falamos de pessoas que já cá não estão e não se podem defender, aquilo que disse não é totalmente verdadeiro. Gostava que numa próxima Assembleia houvesse alguém, que até podia ser do público que explicasse efetivamente o que aconteceu, que ao que sei não foi o que o senhor deputado aqui disse."

Entretanto o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, usou da palavra para dizer ao senhor deputado que há na Câmara um dossier sobre isso. É só consultá-lo. O senhor deputado **ANTONIO ARAÚJO**, agradeceu-lhe a observação e o esclarecimento, mas disse-lhe que também lhe agradecia que ele na qualidade de Presidente da Assembleia, fosse imparcial. Não o vê fazer observações destas aos deputados da outra bancada.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse-lhe que apenas está a contribuir para o pedido que o senhor deputado solicitou. Só lhe está a dar notícia de um facto. "Existe na Câmara um dossier sobre essa matéria."

Foi dada de seguida a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CAMARA**, que começou por dizer que se falou muito, mas a verdadeira questão centrou-se à volta do Hospital de Amarante. "Depois da introdução que o senhor deputado Américo Paulo fez, introdução essa que até nos deu nota da arquitetura do edifício; desculpem mas isto não é ironia, mas não deixa de ser verdade. Julga que a questão terá a ver com o facto de no dia sete de abril ter tido uma reunião do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Foi a reunião da instalação do Órgão em que também estivemos a definir o regulamento de funcionamento e portanto foi mera cortesia conhecermos todos os que fazem parte." Nessa reunião já foram discutidas coisas importantes e aliás até se conseguiu chatear com alguns elementos do Conselho de

Administração. Porque colocava-se a questão da distância, onde alguns diziam que “as pessoas para vir para Amarante tinham de passar em Penafiel”, ao que lhes respondia que para ir para Penafiel as “pessoas tinham de passar por Amarante”. Logo, falar em distâncias não fazia sentido. Falou com algum desagrado por estas observações jocosas. A observação que fez, foi a de ter de haver alguma atenção especial em relação ao documento que foi assinado e que não sendo o melhor, tem de ser cumprido. Tem dito insistentemente que não está a ser cumprido, embora, haja quem o queira convencer do contrário. Dizem-lhe que temos tudo e mais alguma coisa. "O que é certo é que não temos. Fiz esta intervenção dizendo que numas instalações que tem três blocos operatórios devidamente equipados com alta tecnologia, apenas funciona um bloco operatório duas manhãs por semana. Isto é brincar connosco. Eu tenho pena. Aliás, comecei por dar os parabéns à equipa que lá está. É fantástica. Desde médicos, enfermeiros, passando pelos administrativos e pelos auxiliares. Deixei lá o meu regozijo pelo facto dos poucos que lá estão terem esta capacidade e esta dimensão humana. Mas também não deixou de criticar o Hospital, que com a dimensão que tem não passa de um elefante branco. "Tanto dinheiro gasto para termos ali um elefante branco. Mais a mais porque a dimensão do Hospital Padre Américo apesar de ser grande, não tem capacidade para absorver os quinhentos e quarenta e cinco mil habitantes, porque Paredes continua a drenar para lá. Este é o problema. Mas digo-lhe uma coisa senhor deputado, este processo vai ser uma guerra aberta. Esteja este Governo ou outro qualquer eu estarei sempre convosco na defesa de um bem que é importantíssimo para Amarante e que tem de começar a funcionar direito." No decorrer dessa reunião foi-lhe dito que o Hospital ia começar a funcionar bem". Irá continuar a pugnar pela defesa do nosso Hospital. "É este o Hospital que temos. Foi este o protocolo que assinamos, independentemente de ter ou não concordado à época, com aquilo que se fez." Aliás todos sabem qual era na altura a sua posição relativamente a este assunto. "Hoje temos aquele equipamento, e vai ter de ser aquele equipamento que temos de defender. E eu irei defendê-lo."

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 E RELATÓRIO E APRECIACÃO DOS BENS E INVENTÁRIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

Usou da palavra para dizer que relativamente a este ponto, estes documentos que acompanham as contas devem, até por imperativo legal ser agregados ao ponto número onze, devendo ser discutidos em conjunto. Contudo põe isso à consideração do senhor Presidente.

O senhor Presidente da Assembleia, concordou e disse também que não devemos discutir e votar o relatório do ROC. Temos de o integrar nos documentos de prestação de contas. O ponto número onze não tem razão de ser e só está agendado porque quando foram aprovadas as contas ainda não tinha vindo a certificação. Os Serviços tentaram acautelar esta situação. O relatório chegou muito mais tarde. Por essa razão, o ponto onze não tem que ser discutido.

HUGO CARVALHO – PS

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: "Este é o primeiro relatório que diz respeito exclusivamente às políticas autárquicas seguidas por este executivo.

Salvaguardar que num documento deste tipo e com a credibilidade que se espera, as contas estão sempre certas. Pelo que o que será abordado é uma gestão política associada à execução das contas.

Algumas notas a destacar, há uma quebra do peso das funções económicas relativamente ao ano anterior (de 14% para 10,3%) o que por si só não permite grandes considerações mas que evidencia que algumas das grandes opções políticas deste executivo não estão a ser valorizadas. No domínio do Turismo apenas é valorizado: Rota do Românico – que não constitui uma estratégia local mas sim um âmbito supra municipal;

Edição de material de divulgação e promoção turística – que parece francamente pouco para quem ouviu várias intervenções do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante a respeito do turismo e da visão que defendia.

Saliento a execução financeira de 89% - é de facto um bom valor, mas devemos analisar alguns pontos de execução em específico:

Na habitação atingimos taxas de execução de 76% (que não me parece ser por falta de pessoas para apoiar), havendo uma diminuição do número de agregados familiares apoiados por habitação social (99 para 77).

Simbolicamente - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da natureza com a execução de 0%, Cultura – 55%, Desporto e lazer – 55% e Turismo – 38%. Execução da receita é de 87% que sendo um bom número devemos refletir: as receitas correntes tiveram uma execução de 103%.

As de capitais tiveram execução de 61% - devemos ter isso em atenção isso na elaboração do orçamento onde continuamos a empolar este valor.

Salutar o valor de gerência valor de 3.488.836 euros.

O investimento global foi de 7.070.384 euros, tendo diminuído 597.102 euros em relação ao ano de 2013. Sendo que: O investimento direto da Autarquia, no montante de 4.434.383 euros, diminuiu 1.230.942 euros relativamente ao ano anterior.

Deixo uma nota que me parece ser particularmente relevante.

Foram transferidos 1.771.350 euros para Associações e 1.863.461,49 para as Juntas de Freguesia. O que me parece pessoalmente um valor muito semelhante perante as responsabilidades atribuídas a cada uma das organizações em causa.

Assim o Partido Socialista quer Salientar: O relatório de prestação de contas mostra aquilo que o PS já defendeu nas grandes opções do Plano: não há estratégia.

O turismo, grande pilar do PSD e grande pilar para a região é completamente desrespeitado. Sem plano e com taxas de execução de 38%.

O investimento direto tem uma quebra de 28% que demonstra a incapacidade da autarquia em ir além da gestão corrente”.

RUI MIGUEL BORGES – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Os documentos de prestação de contas que nos são apresentados descrevem, de forma clara, o que foi a implementação das políticas deste executivo autárquico. É papel desta Assembleia fiscalizar e aprovar as contas e se necessário solicitar os esclarecimentos necessários.

O Movimento Independentes Amarante Somos Todos, quer deixar três constatações:

1. As receitas correntes aumentaram 13% (3 420 817 €) , em relação a 2012
2. As receitas de capital aumentaram 39% (2 064 781 €), em relação a 2013
3. A aquisição de bens de investimento diminuiu 28% (1 230 942 €), em relação a 2013

Previsivelmente nos próximos dois anos a receita tenderá a subir, fruto da passagem da gestão das águas e saneamento para a alçada das Águas do Noroeste e

ainda as receitas inerentes, ao mais que previsível, avanço das obras da barragem de Fridão. Esperamos ainda as receitas referentes ao quadro comunitário.

Assim, continuamos a considerar de importância vital para o município a definição de uma estratégia e objetivos a atingir até 2020, só desta forma, pensada e estruturada, se conseguirá definir e posteriormente dotar o concelho dos investimento necessários.

Concluindo o, Movimento Independentes Amarante Somos Todos, não se irá opor à aprovação de relatório que reflete as políticas deste executivo durante o ano de 2014.

Relativamente ao parecer sobre o relatório de gestão, são realizadas várias recomendações que os serviços devem considerar, das quais salientamos o seguinte parágrafo, referente aos procedimentos de contratação pública, que a seguir cito:

“Recomendamos que, na opção de ajuste direto, está análise ao Mercado seja feita no próprio procedimento de contratação com o convite a 3/4 entidades ou às entidades registadas nesse CPV (Vocabulário Comum para Contratos Públicos)”.

ANTÓNIO RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CAIZ

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz fez a intervenção que a seguir se transcreve: “As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios e critérios contabilísticos definidos pelo POCAL, de acordo com as orientações contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNAP) e ainda nos moldes tradicionais da Contabilidade Orçamental.

Quanto às contas e contas são contas, destaca-se: - a execução dos documentos previsionais de 2014 cumpre o Princípio do Equilíbrio Orçamental, confirmado no ponto 3.1.1 do POCAL, que estabelece que o orçamento deve antever os recursos indispensáveis para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes;

- Os resultados do ano financeiro quer sejam orçamentais ou patrimoniais são positivos, facto que tem de ser assinalável atendendo à conjuntura económica e financeira vivida no país;

- Pela primeira vez as contas são apresentadas com o Parecer dos Revisores Oficiais de Contas, do qual destaco desde logo o seu ponto número dois e passo a citar: “acompanhamos a atividade do Município ao longo do exercício de 2014 e procedemos às verificações contabilísticas e testes considerados necessários, lemos as atas da reunião de Câmara e recebemos dos serviços todos os esclarecimentos solicitados” fim de citação. Logo, depreende-se que se não obtiveram qualquer esclarecimento adicional foi porque o não pediram.

Quanto ao ponto quatro do mesmo relatório e passo a citar: “em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos número 7.1 e 7.2 e exceto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 7.3 a 7.7 as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Amarante, a 31 de dezembro de 2014, o resultado das operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.” Fim de citação.

Conclui-se pois, que no essencial as contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município à data de 31 de dezembro de dois mil e catorze, relativamente a algumas recomendações de aperfeiçoamento dos registos contabilísticos, o Executivo desde logo manifestou total abertura e empenho para as implementar visto que havia limitações já detetadas em algumas áreas, como por

exemplo em termos de registo de património e algumas imperfeições não foram corrigidas devido ao trabalho de auditoria não ter sido entregue em momento anterior à aprovação das contas do órgão Executivo.

Relativamente à contabilidade orçamental que é vista numa ótica de caixa (recebimentos versus pagamentos), verificamos que em 2014, registamos uma boa taxa de execução – 87%. Dos dados, podemos concluir que relativamente às receitas correntes a taxa de execução foi de 103%, já quanto à taxa de execução das receitas de capital a mesma ficou pelos 61%. Quanto à despesa atingiu uma taxa de execução de 94% e 72%, nomeadamente correntes e de capital.

De salientar ainda o aumento de receitas totais em 1.051.276 € face a 2013, embora as receitas próprias diminuíssem cerca de 295.600,00 € estando diretamente ligadas com a diminuição na rubrica dos impostos locais.

Não menos importante é o facto do Executivo durante o ano de 2014 não ter utilizado qualquer empréstimo de médio e longo prazo nem recorrido a empréstimos de curto prazo e terminando o ano com um saldo de gerência a transitar com um excelente valor o que desde logo é um bom indicador para a execução de 2015.”

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que a sua bancada tinha programado as intervenções sobre este ponto em separado. Esta junção do ponto número 11 ao ponto 2 está correta porque os documentos devem ser acompanhados dos do Revisor Oficial de Contas. Disse ainda que pelo facto de alguns desses documentos lhes terem sido disponibilizados em cima da hora, fez com que não tivessem muito tempo para os analisarem, muito menos os que dizem respeito às recomendações que finalizam o relatório do ROC. A sua intervenção vai pois no sentido de alertar para que os documentos sejam sempre disponibilizados com a antecedência mínima suficiente para poderem ser analisados. "Apesar disso, não colocamos qualquer objeção à aprovação das contas. É apenas uma questão de princípio. Tal como os nossos Vereadores o fizeram na Câmara, a bancada do Partido Socialista irá abster-se pelas mesmas razões que eles o fizeram, mas também pelos factos invocados pelo senhor deputado Hugo Carvalho."

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que o sentido de voto seria a favor. "A estratégia é boa, ao contrário do que foi dito. E vai ser boa. Temos de ser positivos e pensar positivo. Acho que todos queremos que se invista muito em Amarante, e que se façam coisas boas em Amarante. Este é certamente o objetivo de todos os deputados aqui presentes. Quanto à disponibilidade dos documentos, sabe que chegaram tarde do Revisor Oficial de Contas, mas, e não querendo defender aqui o senhor Presidente da Assembleia, parece-lhe que ele mandou disponibilizar os documentos com pelo menos dois dias úteis. Só se o correio se atrasou."

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que no início da Assembleia foram-lhe entregues documentos que tem a ver com o ponto número dez e o parecer jurídico que tem a ver com a certificação legal de contas. Foi ainda distribuído um relatório interno que responde às recomendações do relatório. Portanto tem que ver com o documento da certificação legal de contas. "Eu não tive oportunidade de analisar esses documentos e muitos dos senhores deputados nem sequer os têm. E foi apenas esta a referência que fiz".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que quando se referiu à estratégia, uma visão política, obviamente, podemos concordar mais ou menos, em sua opinião e na opinião da bancada do Partido Socialista, o relatório de contas deixa inequivocamente a

incapacidade da Autarquia de ter uma visão estratégica e deixar patente a clara gestão corrente em detrimento de uma política de investimento que seria exatável. "E elenquei alguns dos aspetos onde nós entendemos que é de facto positivo e estruturante que o Município tenha uma outra atuação principalmente porque o relatório de contas deve conseguir espelhar o que é a atuação do Executivo. Se o Executivo tem taxas de execução baixas a nível de política de turismo e ao nível de política cultural, terá de o dizer, uma vez que esse era um dos seus pilares. Se assim não é alguma coisa não está correr pelo melhor.

Mas caro deputado António Araújo, relativamente à estratégia, eu também gosto do princípio da coerência e por ironia do destino ou não, quando decidiu ser irónico nesta Assembleia, eu tive o cuidado de ver algumas das suas posturas no passado relativamente à prestação de contas. Tenho aqui comigo a ata número oito/dois mil e treze, da reunião de Câmara em que uma das suas preocupações era questionar o anterior Presidente da Câmara, hoje Presidente da Assembleia, qual a razão para baixa execução dos fundos económicos nomeadamente no aspeto do turismo. Perdeu essa preocupação agora? Não o vi fazer essa pergunta ao atual Presidente da Câmara."

ANTÓNIO RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse que a estratégia analisa-se num documento que não é prestação de contas. A estratégia analise-se num documento que é dado num documento do orçamento. "Estou a ver alguma confusão. Estamos a analisar as contas e portanto a estratégia para 2015 ficou definida no orçamento para 2015."

PRESIDENTE DA CÂMARA- JOSÉ LUÍS GASPAR

No uso da palavra dirigiu-se ao senhor deputado Hugo Carvalho, dizendo-lhe que agora percebe que quando se falava em estratégia eles não percebiam. "Vocês achavam que o relatório de contas ter mais ou menos euros era o bastante para ter uma estratégia. O senhor deputado continua ainda alinhado pelo mesmo pensamento. É pena. Você é um jovem com uma capacidade política muito interessante, mas devia aprender que a estratégia não é aqui. Aliás, veio depois com números interessantes do do subsídio de arrendamento. O senhor analisou bem? Eu dou-lhe esta ideia; nós passamos de 48 mil euros para 78 mil euros. Aumentou. O senhor falou em habitação social, mas não disse que passamos de 591 mil euros para 603 mil euros". Com uma ressalva; no bairro Cancela de Abreu, à medida que as casas vão vagando não estão a ocupá-las. Precisam de fazer a reabilitação daquele edificado e para isso precisam de ter o módulo vazio para poder fazer obras. E isto porque há uma estratégia. "A estratégia da reabilitação social pressupõe saber atempadamente se posso ocupar os espaços. Quando o senhor deputado, falava de turismo, é porque ainda não percebeu a questão da ARU. Quando estamos a falar de turismo, um dos princípios pode ser este. É trabalhar a cidade, o eixo edificado, o eixo natural. Nós estamos a trabalhar num plano para ajudar a tornar esta cidade muito mais interessante, muito mais atrativa. Trazer novos investimentos. Isto tem a ver com a nossa filosofia, com o nosso propósito, o nosso foco que deve ser foco de todos nós. Agora quando o senhor Deputado se põe a pensar, pega num relatório que até devia enaltecer e dizer: "os senhores apesar de tudo e num ano não eleitoral fizeram sete milhões de euros de investimentos". Há aqui um diferença para mais de 500. 000 euros relativamente a uma ano eleitoral. O senhor devia aplaudir e dizer que esta equipa apesar de estar a começar, está com vontade de fazer obra e ainda conseguiram que o resultado líquido tivesse aumentado. Mas não percebe isso e quer extrapolar com aquela pseudo estratégia que o senhor entende ser correta. Se é desconhecimento tudo bem. Agora se está preocupado, deixe-me dizer-lhe que não esteja porque este Executivo irá

trabalhar muito a questão do turismo e a questão da ação social. E vamos continuar a ter as contas equilibradas. Portanto, esteja descansado."

Passou-se então à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 21, Votos a favor – 28.** Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade.**

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que registava com agrado os valores e a inclusão de algumas obras e projetos novos. "Há também rubricas novas para investimentos que não tinham verba definida, no valor de dois milhões de euros.

É referido um Centro Interpretativo. É o de Gatão?

Relativamente à despesa, continuam a registar como despesa algumas rubricas com verbas avultadas que não se percebem muito bem.

O Partido Socialista, tendo em conta estas objeções, vai abster-se."

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que a sua grande preocupação é que os centros de custos reflitam exatamente os pormenores dos investimentos. Implementar a boa gestão leva algum tempo. Neste momento já teve início o controle de custos com as viaturas.

Relativamente ao Centro Interpretativo, refere-se ao Centro Interpretativo da Floresta. Para isso pretende fazer alguma articulação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro nomeadamente para a entrada do Parque Florestal, de modo a criar ali um espaço com fins pedagógicos.

Como não havia mais ninguém inscrito, passou-se de imediato à votação:

Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 19, Votos a favor – 30.** Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade.**

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM

Antes de se ter dado início à discussão deste ponto, o senhor Presidente da Assembleia ausentou-se da sala temporariamente, tendo sido substituído pelo Primeiro Secretário Hélder Ferreira, tendo assumido o lugar de Primeiro Secretário o senhor Deputado José Freitas Ribeiro.

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANA RITA BATISTA – PSD

No uso da palavra a senhora Deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: "Impõe-se enquanto membro deste órgão e do Conselho Municipal da Juventude tecer algumas considerações.

A primeira palavra é para realçar o empenho e trabalho dos membros do grupo saído do Conselho Municipal da Juventude que despenderam o seu tempo para planear, idealizar, debater a forma como o nosso orçamento participativo jovem devia ser construído.

Quando nos foi lançado o desafio pelo Sr. Vereador André Magalhães, soubemos que mais do que o trabalho que tínhamos pela frente o mais difícil seria gerir diferentes sensibilidades políticas.

O desafio de trabalharmos juntos era grande, atentas até as limitações temporais, mas a postura assumida por todos, de colaboração e cooperação fez-me ter ainda uma mais esperança e expectativa em relação ao futuro e ao que os jovens que participam ativamente na política local têm capacidades para fazer, sem tacticismos ou agendas escondidas mas esforçando-se genuinamente por encontrar soluções para a nossa terra. Realço o trabalho da Filipa Magalhães, do Hugo Peixoto da JS, do Miguel Cardoso do Movimento Amarante Somos Todos, da Isabel Miranda do Bloco de Esquerda, sem esquecer a Estrela Carvalho que se disponibilizou para trabalhar e reunir connosco fora do seu horário laboral. O que aconteceu foi participação cívica e política na verdadeira aceção da palavra.

Posto isto destaco o principal objetivo do orçamento participativo jovem que é contribuir para o exercício de um intervenção informada, ativa e responsável dos jovens nos processos de governação local e na decisão sobre a afetação de recursos públicos.

Felicito este Executivo por se ter proposto a implementar um orçamento participativo jovem pela primeira vez em Amarante, um grande anseio da JSD, que até agora não tinha sido criado no nosso concelho.

Aguardo ansiosamente a apresentação pública das propostas convencida que com esta medida conseguiremos incentivar o envolvimento dos jovens na causa pública e criar projetos de excelência”.

FERNANDO MIGUEL CARDOSO – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra disse que: “O Movimento Amarante Somos todos irá votar favoravelmente a Proposta de Regulamento Participativo Jovem pois considera que a participação e responsabilidade cívica dos cidadãos é um valor fundamental na governação de um estado de direito. Consideramos que o grande desafio é alavancar o movimento de cidadãos mais jovens na participação cívica.

E nesse sentido iremos também apoiar ativamente para que o Orçamento Participativo Jovem de Amarante consiga gerar os meios, a inovação e as facilidades de participação de forma dinâmica e transparente para garantir o objetivo a que se propõem”.

HUGO PEIXOTO – PS

No uso da palavra disse que todos se propuseram criar objetivos. Este orçamento, embora reflita ainda algumas divergências, levou a que no final se chegasse a um consenso. Realçou a participação de todos e comunicou que o Partido Socialista votaria a favor.

Usou de seguida da palavra o senhor **VEREADOR ANDRE MAGALHÃES**, que disse que "...o processo foi colaborativo. No seio deste grupo surgiu uma equipa de trabalho voluntária. A elevação do discurso foi muito boa. Este é o ano zero e certamente será um processo evolutivo". Deixou uma nota aos técnicos da Câmara que deram todo o seu apoio a este documento, documento este que pode ser uma boa ferramenta para que os jovens venham a participar. "Este é um projeto estratégico para todos os jovens".

Terminou, agradecendo a colaboração e o empenho de todos aqueles que contribuíram para que este Regulamento fosse possível.

Passou-se de seguida à votação tendo sido apurada a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 5 – A) - ANÁLISE, DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO DO SEGUINTE INVESTIMENTO: SISTEMA VIÁRIO DE VILA MEÃ, NO MONTANTE DE 2.500.000,00 EUROS; B) - ANÁLISE, DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO DO SEGUINTE INVESTIMENTO: CALDAS DAS MURTAS NO MONTANTE DE 2.100.000,00 EUROS

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse "Que quanto aos pontos número cinco e seis, gostava de introduzir aqui uma questão prévia com vista à definição de procedimentos jurídico-legais.

Este ponto número cinco tem a ver com o ponto número seis, porque são obras que estão incluídas no empréstimo que consta no ponto número seis e que devem ser objeto de autorização prévia por parte da Assembleia nos termos da Lei, ou seja artigo 51 número 2 da lei 73/2013, por ultrapassar 10% do investimento previsto no orçamento em exercício. Quanto ao ponto número seis, que é o ponto seguinte, o empréstimo não tem dúvidas que nos termos daquela Lei, artigo 49º, nº 6, eles devem ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, ou seja no caso desta Assembleia, tem de ter pelo menos vinte e sete votos a favor para serem aprovados. As abstenções não contam.

Quanto ao ponto prévio, que é sobre estes dois investimentos incluídos no empréstimo, mas que tem de ser sujeitos individualmente a autorização prévia da Assembleia eu tenho dúvidas porque não resulta expressamente da lei que também exige a maioria absoluta que eu falei. De tal forma, eu por cautela eventualmente sugeria que também fosse objeto dessa maioria absoluta, mas de todo o modo, deixo ao senhor Presidente da Assembleia a sua análise no sentido de ser também exigido ou não que haja essa maioria absoluta, no caso vinte e sete votos a favor, uma vez que as abstenções não contam. Quanto ao ponto seguinte do empréstimo não tenho dúvidas, exige de facto a sua aprovação com os vinte e sete votos a favor. Se não estiverem, decorre diretamente da lei, que este empréstimo não pode ser aprovado. Relativamente ao ponto número cinco deixo à consideração do senhor Presidente da Assembleia se de facto exige ou não exige essa maioria absoluta. Isto era uma questão prévia, para haver uma definição de procedimentos quanto a estas votações."

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, esclareceu o senhor deputado dizendo-lhe que quando a lei não distingue o que devemos discutir. O ponto cinco tem de ser aprovado com a maioria de votos. O ponto seis tem de ser aprovado com maioria qualificada, é a lei que o diz. Para a aprovação dos empréstimos basta que haja uma maioria relativa. Se decidirmos não aprovar o ponto número cinco, é claro que a discussão do ponto seis ficaria prejudicada. Vamos então discutir o ponto cinco a) e b), mas depois votamos em separado os dois investimentos.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que pediu a inscrição para se referir à discussão do assunto relativamente à forma e à qualificação da votação da votação para este ponto em concreto. "Efetivamente, esta divisão do ponto cinco em dois pontos e depois a discussão de um outro assunto, serve para deliberar relativamente à contratação do empréstimo, poderá criar mais dificuldades, mas a questão é que cada um de nós aqui dentro tem de assumir as suas responsabilidades e manter a sua posição naquilo que é essencial. Aquilo que o PS entende é que a discussão do ponto cinco com o ponto seis, é que os pontos estão intimamente ligados. Aliás só existe a necessidade de se autorizar os investimentos porque eles ultrapassam os tais dez por cento do investimento. Relativamente à questão da maioria, também fica aqui o meu registo, porque também entendo que ele só é necessário relativamente à contratação do empréstimo, porque a lei

diz expressamente que é para a contratação do empréstimo. É uma questão formal que competirá a quem de direito. O Partido Socialista, reserva este ponto para a discussão do ponto seguinte, porque relativamente ao ponto número cinco, manterá a postura que os senhores Vereadores tomaram na Câmara. Portanto irá abster-se".

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se à votação em separado. Assim, a alínea a) do ponto cinco da ordem de trabalhos obteve a seguinte votação: **Votos contra – 0, Abstencões – 22, Votos a favor – 28**. Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

A alínea b) do ponto 5 da ordem de trabalhos obteve a seguinte votação: **Votos contra – 0, Abstencões – 22, Votos a favor – 28**. Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CAMARA DA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO À CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra começou por dizer que ia falar num contexto que quase que era dispensável. Destacou a declaração de voto dos senhores Vereadores do PS da Reunião de Câmara. Não lhe parecem muito corretas as condicionantes do empréstimo. "Cada um deverá assumir a responsabilidade no seu voto. Quem ganha umas eleições tem o direito de executar o que lhe parece correto. A oposição, se o entender deve apoiar aquilo que for de apoiar". Agora, não lhe parece muito correto enquadrar aqui obras no valor de trinta ou quarenta mil euros. Os projetos de execução ainda nem sequer existem e estar a pedir dinheiro só porque está barato, não parece uma boa opção. Enunciar um role de investimentos em Juntas de Freguesia quase só do PS, é estranho, é de mau gosto e não foi feito de forma ingénua. "Funciona como uma forma de pressão. Esta pressa em contrair um empréstimo não será de todo necessária. É lógico que só se começa a pagar o empréstimo quando se começa a utilizar. Agora, temos de reconhecer que este valor é mais de metade da dívida e só isto já justifica a declaração de voto e a abstenção do Partido Socialista".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que "...ficamos a saber que é de mau gosto o senhor Presidente da Câmara investir nas Juntas do Partido Socialista. A declaração de voto que o senhor deputado Jorge Pinto disse que era excelente, eu acho, salvo o devido respeito, é quase delirante. Um absurdo. Eu convido toda a gente a ler a declaração de voto. Desculpem a expressão: é uma autêntica anedota. Mas por outro lado revela também porventura toda uma atitude do passado: parcial, sectarista, sem visão do conjunto e do interesse coletivo, alinhada somente pela cor partidária. O Partido Socialista transporta para nós, o que pelos vistos eles pensavam e faziam. É exatamente isso o que significa aquela declaração de voto. E ainda por cima dizem que é uma provocação. É uma provocação porque eles queriam votar contra, mas como são investimentos nas Juntas do PS, dizem que não podem votar contra. Têm que se abster e por isso é uma provocação. Isto faz algum sentido senhores deputados? Isto é uma autêntica anedota. Eu convido toda a gente a ler a declaração de voto. Ou seja, eles parecem presumir que o que faziam também está agora a ser feito mas ao contrário. Mas não, porque este Presidente e este Executivo, e eu tenho a certeza que não faz porque é Presidente de todos os Amaraninos e de todas as Juntas de Freguesia. Os senhores Presidentes da Juntas do Partido Socialista podem confirmá-lo. Venham aqui dizer que ele não tem sido em tudo imparcial para convosco. Venham aqui dizê-lo e eu retrato-me imediatamente.

Este Executivo, tenho a certeza que governa sem cor partidária. E sobre a declaração de voto mais não digo, por respeito e pela consideração pessoal que tenho pelos senhores Vereadores do Partido Socialista.

E depois o senhor Professor Jorge Pinto ainda veio deitar mais lenha para a fogueira, dizendo que é de mau gosto investir nas Juntas do Partido Socialista. E depois ainda veio também dizer que eu fiz mal vir aqui intervir. Eu tinha obrigação de fazer esta intervenção para esclarecer a forma de votação. Se não fosse eu, certamente o senhor Presidente da Assembleia, ou a senhora deputada Octávia Clemente, o fariam. Mas eu não sei se o senhor sabia ou não. Eu não sou bruxo. Isto era uma intervenção perfeitamente legítima. E repare, o senhor já esteve aqui noutros mandatos e lembra-se certamente que o anterior Presidente da Câmara, quando havia estas votações de empréstimo, dizia-nos: "atenção que isto exige maioria qualificada"; tinha sempre esse cuidado de nos avisar. Isto é uma obrigação para os procedimentos da votação ficarem devidamente esclarecidos. É uma questão puramente jurídico/legal, não é política.

E quanto às obras serem para o Partido Socialista ou não, eu acho muito bem. Os investimentos mais relevantes são o Sistema Viário de Vila Meã e as Caldas das Murtas. As Caldas das Murtas, já têm projeto, vem do passado. O sistema Viário de Vila Meã só agora tem projeto. Mas na ata até já dizem que pensavam nisso. Então porque é que não votam agora a favor? Só por uma questão política? Acham que não são investimentos relevantes? Nós todos sabemos que estes empréstimos podem até não ser necessários. O anterior Executivo também contraía muitos empréstimos e apenas utilizava dez ou vinte por cento. Isto é uma questão de cautela, para se necessário se cumprir a lei dos compromissos. Então porque é que se abstêm nestas duas obras? Uma até já tinha projeto e a outra dizem que já pensavam nela. Não entendo, porque são as duas obras relevantes como é evidente. Não precisavam de justificar que há muitas obras pequeninas para as Juntas do Partido Socialista. Só isto bastava para votarem a favor, mas claro que votam conforme acharem que devem votar. Longe de mim meter-me no sentido de voto do Partido Socialista".

MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse "Que o ponto número cinco, reflete o anseio de muitos e de há muitos anos, e que hoje aqui, de uma forma muito expressiva, acabamos de criar condições para a sua viabilidade, ainda que tendo em consideração o passado e a forma como o PS se preocupou com estas obras, não posso deixar de lamentar a forma como foi votado. O voto é uma expressão de manifestação que está em dissonância, em meu entender, com aquilo que era a manifestação de vontade do PS no passado. Provavelmente ainda há aqui algumas divergências entre o PS do passado e o do presente. Mas a abstenção aqui não me parece bem e não posso deixar de o manifestar.

Mas julgo que há aqui algumas dúvidas que podem de alguma forma estar a induzir o sentido de voto que parecem fazer sentido. A questão do financiamento é uma questão de cautela, uma questão de prudência. Não se vai começar uma obra sem se ter acautelado os capitais para a sua realização, o que não quer dizer que até se vá recorrer ao financiamento porque a proposta prevê um plano de utilização de dois anos. Estou certo que não vai haver custos de imobilizado, ainda que a proposta da Caixa Geral de Depósitos, que me parece a melhor, e boa, até diria, não reflete o valor das comissões. Era preciso acautelar isso antes de assinar o contrato. Há então um plano de utilização de dois anos, o que de alguma forma condiciona a realização das obras porque o financiamento está condicionado só à realização destas obras. Portanto não há dúvidas quanto a isso. Isso não traz aqui custos acrescidos. Se não se fizer a obra, não se vai buscar o dinheiro, logo, não se paga o financiamento. A aprovação do financiamento, não é sinónimo da sua utilização, ou que se vá utilizá-lo no seu todo. Simplesmente o Executivo está autorizado a utilizar este instrumento de endividamento para estas obras específicas. Confesso que do ponto de vista de quem está do lado do Executivo, quase

que me apetece votar contra. Mas se estivesse do lado da oposição eu quase que forçava a votação favorável para obrigar a realização destas obras, porque mesmo sendo obras direcionadas para um setor geográfico do concelho, que tem votado maciçamente no PS, mesmo assim, utilizando esta estratégia política eu acho que o Executivo cometeu um grande erro. Não há dúvida. Aqui não há ingenuidade. Nem de um lado nem de outro. O que há é o identificar de obras que são um anseio das populações e que este Executivo, independentemente de ter merecido mais voto ou menos voto das populações dessas localidades as considera válidas e propõe-se realizá-las até final do mandato.

Parece que há aqui uma questão que é preciso clarificar. É a utilização, é o prazo, mas não se está obrigado a recorrer ao empréstimo. Não precisa do endividamento, mas se precisar vai buscá-lo porque tem esse instrumento de suporte para a obra. Dizer que mais do que votarmos aqui, não só o ponto cinco, como o ponto seis, concerteza que também vai ser aprovado, eu quero dizer como alguém que já foi candidato a Presidente da Câmara, - Eu quero é ouvir máquinas a fazer barulho no terreno -".

SILVIA MOTA – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: "O MAST, tem pautado a sua conduta pela tomada de posições que melhor sirvam o interesse de Amarante e dos Amarantinos.

Assim, entende o MAST que a contratação do empréstimo de médio/longo prazo no montante de 4.950.000€, merece o nosso voto favorável, porquanto, entendemos tratar-se de um instrumento de planeamento financeiro.

O qual dotará o Município de meios que possibilitem o lançamento de obras necessárias, assim consideradas pelo município.

Tanto mais que, este momento é favorável à concessão de empréstimos bancários, os quais têm custos de acesso atrativos.

Contudo, não podemos olvidar a obrigatoriedade de afetação do financiamento às obras constantes da relação que nos foi apresentada, conforme dispõe o artigo 51.º da lei 73/2013, e não a outras.

Sendo de difícil perceção a escolha das obras constantes da referida relação, uma vez que, à exceção do Sistema Viário de Vila Meã e das Caldas das Murtas, as restantes obras são de montantes reduzidos.

O Município não dispõe de 30.000,00€ ou 40.000,00€ para executar essas obras?

É mais benéfico para o município contrair um empréstimo, que não obstante ter boas condições neste momento, será liquidado ao longo de 12 anos?

Somos pois da opinião, que o município deveria amortizar antecipadamente, ou pelo menos renegociar alguns dos seus financiamentos que apresentam condições mais gravosas, nomeadamente aqueles que ultrapassam spreads de 5%, uma vez que, existem excedentes de tesouraria remunerados com reduzidas taxas ativas, e o mercado apresenta as taxas passivas que tão bem se conhecem".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, a senhora deputada disse que, para que não fiquem dúvidas regista com agrado a inclusão de todas as obras que constam do relatório para a contratação do empréstimo. "Não haja dúvidas para ninguém. Sejam obras iniciadas pelo Partido Socialista no passado, sejam apenas obras da responsabilidade da coligação PSD/CDS". Regista e quer as obras. Para tanto, o PS já votou por unanimidade na Câmara o estudo prévio para o Sistema Viário de Vila Meã, onde não foi feita nenhuma referência à necessidade de recurso a empréstimo. "Portanto, queremos as obras e não colocamos qualquer objeção. O mesmo se diga

relativamente ao projeto das Caldas das Murtas, que também já viu aprovado o estudo prévio ou anteprojecto e também tanto quanto consigo recordar foi aprovado por unanimidade. A questão aqui em discussão hoje é uma questão política, com estratégia política, que o PS a uma só voz, por muitos esforços e que por muitas tentativas que existam não vão conseguir dividir. É um facto. Nós registámos. Nós também vemos a estratégia. Também percebemos a estratégia. Mas não é por aí que nos vão dividir. Isto é uma questão política. A coligação tem legitimidade para recorrer à contratação de um empréstimo? Tem a legitimidade que lhe veio do último ato eleitoral. É verdade. Mas não tem quanto ao entendimento do Partido Socialista legitimidade, para seletivamente, incluir pequenas obras, todas elas, com exceção de uma, em Juntas de Freguesia do Partido Socialista.

Eu aqui pergunto ao senhor Presidente da Câmara quais foram os critérios para a inclusão dessas obras? O PS não se abstém só porque tem obras nas Juntas do PS. Pelo contrário. É a questão de princípio que está aqui em causa. O PS levanta também objeções, porque daquilo que nos é presente, daquilo que foi posto à discussão, pode entender-se que não seria necessário recorrer ao empréstimo. É para ter uma almofada financeira? É um facto, certamente para outros projetos e investimentos que não necessitem de empréstimo e que possam aqui criar uma maior discussão. Porventura é uma estratégia que o senhor Presidente da Câmara tem, que o legitimou a partir do último ato eleitoral. Agora, o PS também tem a sua legitimidade aqui nesta Assembleia. E esta legitimidade é para votar contra, absterem-se ou votar a favor.

E por último resta falar na tentativa do CDS tentar lançar a confusão da divisão. A questão política do PS fica na casa do PS e não é para aqui chamada. A postura que os deputados do PS têm nesta Assembleia não anda à caça ao voto e não está preocupada se vai votar a favor relativamente aos investimentos que são feitos nas freguesias de Vila Meã. Não é isso que está em causa. Nós estamos aqui para defender os Amarantinos. E aquilo que nós entendemos é que esta proposta não está devidamente fundamentada sobre a necessidade do recurso ao empréstimo e entendemos claramente como uma afronta a questão de colocar apenas obras para as Juntas do Partido Socialista. Não é inocente e tem efetivamente segundas intenções. Foi essa a nossa leitura e é a nossa postura e por isso a orientação de voto para a bancada do PS, à semelhança do que aconteceu na Câmara e que votemos pela abstenção".

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que gostaria de recorrer ao dicionário para deixar aqui o significado da palavra calculista. "Assim, diz o dicionário: calculista: aquele que tudo calcula ou que não procede senão por interesse. Foi isto que o Partido Socialista fez. Na votação anterior disseram – vamos abster-nos porque não é preciso maioria absoluta a ver se passa. Se passar nós vamos abster-nos na seguinte. Se não passar, pode ser que a gente vote a favor -. Se calhar até foi por isso que não aqui estão os representantes de algumas freguesias de Vila Meã do Partido Socialista, nomeadamente o Presidente da Junta de Vila Meã. Aquilo que eu pedia ao Partido Socialista é que esclareça de uma vez por todas os Amarantinos e se deixem de calculismos".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que lamentava dizer isto, mas ouviu uma posição de grande cinismo político. "Querem as obras, mas os outros que as aprovelem. Deixam a responsabilidade para os outros. Isto parece-me uma posição de interesse meramente partidário que não respeita os interesses coletivos. Sempre houve empréstimos nomeadamente no tempo dos mandatos da senhora Dr^a. Os empréstimos são dedicados às obras que nele estão consignadas e que estão lá registadas. Aliás, saliento neste

aspecto a responsabilidade do Movimento Amarante Somos Todos, que de facto querem as obras e por isso vão votar a favor. Não deixam a responsabilidade para os outros. O PS quer as obras, mas os outros que as aprovem. Foi o que eu ouvi aqui".

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que como a Dr.^a Sílvia referiu, "Este empréstimo é um instrumento de planeamento financeiro, que como toda a gente sabe, a lei dos compromissos obriga a que para qualquer investimento que pretenda fazer, tenho de ter esse compromisso assumido para poder avançar. Como sabem, estas obras que os senhores muito bem conhecem do orçamento, tem de ter um apoio financeiro. Eu não estou a dizer com isto que vou contratar. Apenas estou a dizer que vou ter o compromisso para poder começar aquilo que está adiado há muitos anos, que nós achamos que devemos começar. Eu sei que isto custa aos senhores e por isso é que dizem que isto é de mau gosto. É esta a nossa decisão e vamos avançar, se os senhores deixarem obviamente, se houver vinte e sete votos favoráveis. O que os senhores estão aqui a querer pretender dizer é que nós estamos aqui a dividir o Partido Socialista. Mas os senhores é que se dividem. Hoje, por exemplo, não apareceram cá alguns porque não concordaram com a vossa orientação. Vocês estão a impedi-los de exercer os seus plenos direitos. Quero lembrar que no passado isso nunca aconteceu. Os Presidentes de Junta votavam aquilo que entendiam quando tinha que ver com o seu território. Não havia disciplina de voto nessa matéria. Haveria noutras alturas, mas em casos semelhantes a este nunca houve. Nenhum Presidente de Junta que tivesse uma obra no seu território teve de se abster, pondo em causa a viabilidade desse investimento, coisa que os senhores fazem, o que é perfeitamente lamentável. É perfeitamente lamentável sujeitar um Presidente de Junta a uma situação destas. Lutar contra um investimento na sua freguesia!

Disse que estamos a negociar todos os spreads. Um deles da Caixa Geral de Depósitos já passou para 2%, que antes estava em 5%. Se assim não fosse iria pedir um empréstimo para liquidar todos os outros. Voltando ao princípio, nós para avançar com estas obras tínhamos de ter este compromisso. Agora, não temos a garantia se o vamos contratar. Algum será utilizado. Mas como há os programas Portugal 2020 e Norte 2020 em que nós estamos a considerar a possibilidade de apresentar candidaturas. Mas como ainda não saíram temos de avançar com este empréstimo. Os senhores sabem bem disto. Eu não estou a dizer nada de novo.

Depois vem-me o senhor Professor Jorge Pinto falar em mau gosto. Falar que com papas e bolos se enganam os tolos. O senhor não me conhece. Eu olho, olhos nos olhos com todas as pessoas, com a verdade acima de tudo. Eu não ando aqui a enganar ninguém. Eu não faço orçamentos para andar ano após ano a transitar obras. Eu assumi esse compromisso aqui à frente de toda a gente. Já o disse várias vezes. Os orçamentos são para se cumprirem. São para se executarem. Os compromissos que eu tenho com os senhores Presidentes de Junta são para fazer. Às vezes acontece um imperativo. Por acaso foi com uma Junta do PSD, em Telões. A obra teve problemas e transitou do ano passado para este ano. Para as outras nós cumprimos. Não andamos aqui com expedientes. A questão de estarem aqui algumas Juntas do PS neste empréstimo, que não é liquido que eu vá contrair empréstimo, até porque eu estou a receber indicações de aprovações do overbooking, receita que se calhar eu não contemplei, vai entrar, e nessa altura se calhar já nem vamos precisar deste empréstimo, mas no entanto para cumprir os compromissos que tinha com os senhores Presidentes de Junta eu tinha de ter 350.000€ para completar o compromisso que era do orçamento e mais nada do que isso. Se agora me vier o dinheiro por parte de outras coisas eu não irei contrair o empréstimo. Mas para saberem que honro com a palavra está aqui. Estão estas como podiam estar outras. Mas estejam descansados porque se calhar não volta a acontecer. Se calhar isto não volta a acontecer. Eu não volto a por Juntas do partido Socialista. Se tiver dinheiro faço. Se não

tiver não faço. Nunca mais os senhores vão sentir que eu tenho mau gosto, porque esta obras são para arrancar já meus senhores, após a aprovação do Tribunal de Contas em junho.

O que estava definido era uma obra de alguma dimensão que já vem do ano anterior e que era precisamente para uma Junta. Para a acabar em tempo útil esta ano, que era a Rua de Santo André. Como o empréstimo tem de ir ao Tribunal de Contas e a sua aprovação pode demorar um mês, iria atrasar a abertura do concurso um mês, o que a poderia pôr em causa, porque é uma obra maior, e não poder ser executada este ano. Então decidiu-se colocar um conjunto de obras mais pequenas, porque até poderá nem ser preciso contrair o empréstimo. Meus senhores vocês podem até nem acreditar, porque quem tem a mente um bocado conturbada, pensa que toda a gente é igual mas não é. De boa fé foram decididas estas. Por acaso está lá uma do PSD, mas foi com toda a transparência e verticalidade, sem mau gosto e nem sequer com nenhuma teias de aranha na cabeça. Quem teve mau gosto foi quem tentou fazer juízos de valor daquilo que foi o meu compromisso e daquilo que eu entendi que devia estar a fazer.

Quando também me dizem que ir agora buscar quatro milhões e novecentos e cinquenta mil euros é um erro, eu lembro que em 2010, logo em janeiro foi proposta a contração de um empréstimo de sete milhões e trezentos mil euros. Exatamente o que eu fiz agora, fazendo planeamento financeiro. Não o contratou todo se bem se recordam, mas tinham de ter esta almofada que era para poderem cumprir o que estava prometido. O que agora foi feito é precisamente igual e o valor até é bem menor. Na altura alguém dizia – se esta proposta chumbar (e eu não digo isto), ficando o empréstimo inviabilizado, terá de ser usado todo o dinheiro proveniente das receitas para amortizar os pagamentos e as dívidas contraídas até agora. Se o PSD inviabilizar o empréstimo, que pode ser por dez anos, terá de ser por maioria e ficarão comprometidas uma série de obras - . Reparem, também havia na altura ameaça. Cuidado vejam lá o que vão fazer. Eu não estou a fazer isto. O compromisso são estas obras. É para cumprir isto. Se houver dinheiro proveniente de outros lados, não irei buscá-lo à banca. Agora, é de mau tom, é de mau gosto fazer juízos de valor de um Executivo que tenta falar de forma aberta e transparente com as Juntas e vocês tentam inquinar esta relação. Isto é que é lamentável. Nas obras que estão, não vai acontecer como um senhor Presidente de Junta que me disse que tinha um obra prometida quase à dezoito anos. Comigo isto não vai acontecer, a não ser que haja imprevistos que não o permitam de todo, como seja por exemplo comprar material que não haja de imediato no mercado. O meu compromisso é este e não há aqui nada que possa contrariar a vossa vontade de votar a favor ou não. Se quiserem aprovar aprovem, se quiserem chumbar, chumbem. Este é um instrumento à disposição de qualquer Executivo, um instrumento de ordem financeira que qualquer Executivo tem para que os orçamentos possam ser cumpridos e é isto que eu estou a fazer".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que "Lamentava e entende de muito mau gosto é a postura e o discurso do senhor Presidente da Câmara que é contrário às suas ações naquilo que são as suas propostas. Lamenta ainda a clara afronta do senhor Presidente da Câmara ao Partido Socialista, à divisão do Partido Socialista e claro criar um forte constrangimento aos senhores Presidentes de Junta. Tem um discurso com uma prática completamente diferente. O senhor Presidente da Câmara vem aqui hoje defender uma proposta com fundamentos que nem sequer constam dela, mas que são de todos conhecidos. A proposta da necessidade de recurso ao empréstimo está unicamente assente na necessidade e na possibilidade de recorrer ao dinheiro barato. É obvio que o recurso ao empréstimo é uma forma de receita do Município. Está na lei das finanças locais. Mas isso ninguém questiona. No passado o Partido Socialista recorreu a vários empréstimos que depois não executou. É um facto. Não é isso que está em causa. A postura e o voto do Partido Socialista foi de encontro à proposta em concreto que aqui

está em discussão. Entendemos que isto foi uma clara afronta para com o Partido Socialista, claramente para nos tentar dividir e para espelho disso está a forma como o senhor Presidente da Câmara tentou fazer com os nossos Presidentes de Junta. Não posso deixar de realçar a forma pouco respeitosa e a terminologia utilizada de quem tem mentes bastante conturbadas e teias de aranha na cabeça. Se há alguém aqui dentro faltou ao respeito a alguém foi o senhor Presidente da Câmara. Isto não é o discurso de um Presidente de Câmara que queira dignamente representar o nosso concelho".

VITOR REI – PSD

O senhor Deputado usou da palavra para dizer à oradora anterior que quanto à postura do senhor Presidente da Câmara ela deve perguntar aos senhores Presidentes da Junta se algum dia tiveram o tratamento que hoje têm da parte do Executivo Municipal? Quanto à divisão do Partido Socialista, quem fala nela é o próprio Partido Socialista e seria bem mais agradável que não trouxessem sempre para aqui essa conversa.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos. Apurou-se então o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 22 Votos a favor – 28**. Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO REGULAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra disse "Que registava com agrado o facto do Executivo Municipal estar atento e ativo quanto ao que se passa no concelho de Amarante. Neste caso concreto, através da proposta de Regulamento do Fundo de Emergência Social que agora iremos analisar e votar, verifico face às reais dificuldades dos municípios Amarantinos, a Câmara pretende instaurar um Fundo de Emergência Social que visa debelar ou colmatar, a título excepcional, temporário e não principio de complementaridade as dificuldades socioeconómicas dos agregados familiares que se encontram em risco de pobreza ou exclusão social. Atendendo a que a criação da proposta deste Fundo de Emergência Social decorre do diagnóstico social do concelho de Amarante elaborado pela rede social que conta com cinquenta e dois intervenientes, que se enquadra na política de coesão social traçada para o Município e que funcionará como uma alavanca para a igualdade de oportunidades e condições de vida dignas dos Amarantinos, votaremos favoravelmente a proposta de Regulamento que agora se apresenta".

SARA MAIA – PS

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“É-nos apresentado, para aprovação, o Regulamento do Fundo de Emergência Social para a “atribuição de apoio financeiro excepcional e temporário a agregados familiares em situação de grave vulnerabilidade e em situação de carência económica”, como melhor consta do seu artigo 1.º.

Da leitura do documento, partilhamos da análise do mesmo, que o contexto socioeconómico nacional que atravessamos, colocou e coloca diariamente um maior número de cidadãos em situação de pobreza e exclusão social.

Hoje, infelizmente, assistimos a um crescente enfraquecimento do Estado Social, o qual tem vindo adotar medidas de severa austeridade, as quais constituem, na sua maioria, um ataque sem precedentes aos apoios e prestações sociais, nunca visto até aqui na Democracia Portuguesa.

O grave contexto socio-económico que vivemos, em consequência do desemprego, da política de baixos salários e de reduções salariais, da precariedade laboral, das baixas reformas e pensões, do aumento desmedido da carga fiscal, da redução/eliminação das prestações de direito, como as prestações familiares, a diminuição do valor indexado à prestação do Rendimento Social de Inserção (R.S.I), entre outros, coloca a maioria dos cidadãos nacionais e dos municípios amarantinos, numa situação de pobreza e exclusão social.

Tal contexto, repercute-se de forma tão acutilante, no Município de Amarante, que as famílias com menores recursos económicos, nomeadamente as pessoas idosas, desempregadas, famílias monoparentais e beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, encontram-se mais vulneráveis e frágeis.

Este Governo fortemente neoliberal, no momento em que se lhe exige uma maior intervenção e proteção dos cidadãos, transfere da esfera do direito para a esfera assistencial, a cobertura das situações de risco (como são exemplo as cantinas sociais), demitindo-se da sua responsabilidade constitucional no garante dos direitos económicos e sociais.

A demissão de tal responsabilidade constitucional, por parte deste Governo, põe assim em risco diariamente milhares de famílias, na medida em que é incapaz de lhes garantir e assegurar a satisfação de direitos básicos fundamentais, como o direito à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho, etc.

No que respeita ao concelho de Amarante, os indicadores de avaliação diagnóstica comprovam a tendência nacional, conforme plasmado nos documentos de trabalho da Rede Social concelhia e intermunicipal (Diagnósticos Sociais e Plano de Desenvolvimento Social, recentemente aprovado pelos municípios da CIM-Tâmega e Sousa).

Os Municípios, são cada vez mais, chamados a terem um papel ativo no domínio das funções sociais, através de um planeamento estratégico e concertado ao nível concelhio e intermunicipal, conforme resulta do recente Decreto-Lei nº 30/2015 de 12 de Fevereiro.

A multidimensionalidade subjacente aos fenómenos de pobreza e exclusão social, requerem uma intervenção alargada e intersetorial e não apenas medidas avulsas e desarticuladas, quaisquer que sejam os contextos territoriais de intervenção (um bairro, uma freguesia, um concelho).

Deste modo, entendemos que o Município de Amarante, deverá em articulação com os demais parceiros sociais, encontrar as respostas mais adequadas, eficazes e eficientes para fazer face a esta situação de verdadeira emergência social.

Só deste modo, poderá o Município minimizar as carências de alguns estratos da população, através de medidas complementares às existentes, permitindo uma progressiva inserção social e promovendo a inclusão dos municípios amarantinos em situação de vulnerabilidade.

Consideramos assim, que este Fundo de Emergência Social, constitui mais um recurso local ao serviço de públicos-alvo em situação de desfavorecimento social e económico, contudo paliativo, e que só terá devidamente utilidade quando concertado com as demais respostas públicas e privadas já a atuarem no concelho, sob pena de se apresentar como uma medida concorrencial e ineficaz, face aos valores económicos em causa, que são diminutos!

Face ao supra exposto, o Partido Socialista votará a favor, mas lembra que, como defende o Professor Bruto da Costa, - a intervenção em matéria de políticas sociais não é para amadores, mas antes, exige conhecimento, para que se possa intervir com vista à mudança -".

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: "O atual contexto socioeconómico agravou os níveis de pobreza evidenciando a inadiabilidade de uma intervenção célere junto destes municípios que vivem em situação de dificuldades extremas. O Regulamento Municipal de Emergência Social propõe a execução de um programa de apoio financeiro a situações de emergência social de carácter pontual e temporário a agregados familiares de situação de carência económica. A realidade mostra que é imprescindível intervir por forma a minimizar carências específicas de alguns municípios através de medidas complementares às existentes nos serviços do município e nos serviços da Segurança Social, em áreas como a saúde e a habitação, permitindo uma progressiva inserção social, promovendo a inclusão de cidadãos de vulnerabilidade económica garantindo-lhes ou facilitando-lhes o acesso a recursos, bens e serviços no sentido de melhoria da qualidade de vida e coesão social.

Posto isto, votamos favoravelmente a proposta relativa ao Regulamento Municipal de Emergência Social".

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra, disse "Que apesar de todos terem dito que votavam favoravelmente e que isto se trata de um apoio pontual, parece que houve quem não lesse com atenção o artigo 3º - âmbito e objetivo, porque é isso mesmo que está aí escrito e que refere quais as condições em que tudo isto deve ser feito para que ninguém fique de fora. É disto que se trata. Portanto estamos a falar de quê?"

MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra começou por dizer que "Todos nós sempre encontramos forma quando queremos dizer mal. Se puxarmos pela imaginação até encontramos mais argumentos do que todos aqueles que os outros conseguem ver. De facto parece não existir, sob o ponto de vista social ou de intervenção social, alternativa ao proposto pelo Executivo e então foi-se buscar a ação governativa para encontrar maneira de dizer mal para que conste na ata e seja depois elogiada a intervenção aqui feita.

Eu concordo com muitas das críticas aqui feitas. Que o país ainda não saiu da crise que há muito tempo nos atravessa. Isso é verdade. Também é verdade que nos endividamos e agora precisamos de pagar as dívidas. Mas por exemplo este Governo conseguiu que alguns milhões que estavam na Suíça tenham vindo para cá e pagassem cá os impostos devidos. Eu também concordo com o princípio que o Executivo deve estar atento às fragilidades de muitos dos seus cidadãos que não conseguem pelos seus próprios meios e em circunstâncias normais resolver os problemas de carência com que estão confrontados. Julgo que todos nós concordamos com este princípio.

Estou certo que as questões de âmbito nacional que se estão a resolver e conciliando os recursos que havia com aquilo que há, não tenho dúvidas de que o Município não deixará de estar atento aos problemas que os seus cidadãos enfrentam. Este Regulamento de alguma forma é um instrumento mas não resolve os problemas, porque regulamentos, leis e mecanismos temos muitos. Nós precisamos de facto é de ver em que medida é que conseguimos aproveitar os recursos materiais que são cada vez menos e com esses estamos obrigados a fazer cada vez mais.

Eu acredito sinceramente nos técnicos. É preciso ouvi-los porque eles também fazem muitas críticas a muita mão estendida a subsídios que muitas vezes não têm direito. Muitas vezes, os que mais precisam até se escondem, o que habitualmente se chama "pobreza envergonhada". Eu acredito no princípio de que é preciso estar atento àquilo que os técnicos dizem para na medida do possível encontrar respostas para os problemas com que muita gente está confrontada. Este Regulamento, mesmo não sendo uma resposta para estes problemas, vai com certeza ajudar".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse "O Partido Socialista na intervenção da senhora deputada Sara Maia disse que iria votar favoravelmente a proposta. Regista a proposta e elencou nessa perspetiva desde logo a sua orientação de voto que é favorável à proposta. A senhora deputada e bem, fez o enquadramento político nacional que o Partido Socialista tem e depois cada um veio aqui mostrar a sua leitura daquilo que é o cenário.

Agora, relativamente à questão em concreto, e a questão que foi levantada aqui e também na Câmara foi a do subsídio ser de carácter excecional e temporário e não poder ser cumulativo com outros subsídios sejam eles nacionais ou sejam eles locais. E foi esta a discussão que se gerou na Câmara e também foi por essa questão que o Partido Socialista levantou as reservas. É uma medida boa, excecional, mas se calhar vai ficar aquém daquilo que poderá ajudar a resolver, exatamente por estar aqui proposta e estar no regulamento, não pode ser cumulativa a outros apoios locais ou nacionais e portanto foram só essas as reservas. O voto do Partido Socialista já foi manifestado e embora a medida pudesse ser reforçada e possa vir a ser complementada, é melhor esta que nenhuma. No fundo foi esta a postura do Partido Socialista.

Relativamente às considerações que eu entendo que não devem ser feitas aqui, descon siderações pessoais ou outras, eu não percebi muito bem se o senhor deputado também estaria a referir-se à questão dos Vistos Gold, ou coisa parecida".

SARA MAIA – PS

No uso da palavra disse que "Parece que as verdades incomodam e este é o local certo para as dizer". Disse também que relativamente à intervenção da senhora deputada Helena Portela, não conseguiu perceber minimamente o que ela quis dizer. Não sabe se ela se referiu à sua intervenção ou a outra coisa qualquer. Analisando o artigo 3º de que falou, não percebe o que é que isso tem a ver com a sua intervenção, ou com qualquer um dos números que aqui estão. "Portanto, dou como inócua a intervenção da senhora deputada relativamente à minha".

Relativamente ao Fundo de Emergência Social disse que isto não é inovador do Município de Amarante. Isto decorre diretamente da lei da descentralização de competências. É verdade que todas as medidas de âmbito social, como disse a Dra. Octávia são sempre pouco. O alerta que aqui foi deixado é que iríamos votar favoravelmente, mas que isto deveria ser feito de forma articulada, não deixando de fora quem quer que seja, porque todos os contributos são importantes.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda votada em minuta para produzir efeitos imediatos, também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO À DOLMEN, COOPERATIVA DE FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TÂMEGA, CRL.

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se os Municípios de Baião, Marco, Cinfães, Penafiel e Resende já aderiram, se sabe há quanto tempo aderiram e porque é que Amarante ainda não tinha aderido? Terminou afirmando "Quanto a este ponto vamos votar a favor".

JOSÉ LUÍS GASPARGAS – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente disse que julga sermos o último. Não lhe sabe responder em concreto. Contudo, acha que devemos fazer parte e por isso propôs esta adesão.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que o Partido Socialista votará a favor desta proposta. Registam com agrado a adesão. "Analisados os documentos, vemos que a situação é favorável. O trabalho desenvolvido pela Dolmen é conhecido por todos. Nada temos a objetar e queremos que fique esse registo".

Como não havia mais nenhum Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda votada em minuta para produzir efeitos imediatos, também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE AMARANTE – ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que iria referir-se a uma questão jurídica e como tal iria colocar um ponto prévio relativamente a este assunto. "Nos pontos anteriores, onde já discutimos Regulamentos Internos, há em todos eles um parecer de igual teor que refere que não há necessidade de discussão pública. Invoca a falta regulamentação em alguns dos artigos no antigo Código de Procedimento Administrativo. Não quero discutir se os processos foram iniciados antes ou depois, mas o que é um facto é que são estes os documentos de suporte que nos foram remetidos para esta Assembleia e teria dúvidas quanto a eles, mas considerando que os mesmos não impõem o pagamento de taxas para os munícipes, a questão não se colocará com tanta importância como se coloca para esta". Já no que respeita à questão das taxas, parece-lhe que obrigatoriamente tem de existir discussão pública. "Não pela questão do CPA, mas porque tal resulta obrigatoriamente do regime jurídico da urbanização e edificação, no seu artigo 3º, lei especial a disciplinar a urbanização, edificação e das taxas que diz e passo a citar: - No exercício do seu poder regulamentar próprio, os municípios aprovam regulamentos municipais especiais próprios de edificação e urbanização, bem como ao lançamento e liquidação de taxas e prestação de caução que sejam nos termos da lei devidas pela realização das operações. No número dois pode ler-se: Os regulamentos previstos na alínea anterior devem ter discussão pública (artigo da lei 555/99 do R.J.U.E), na sua atual redação. O número três diz: Os projetos referidos nos números um são submetidos a discussão pública por prazo não inferior a trinta dias antes da sua aprovação pelos órgãos municipais -.

Relativamente à questão das taxas, eu julgo que há a obrigatoriedade da discussão pública, é uma imposição legal por causa desta lei específica e por isso entendo que a Câmara deve retirar esta proposta ou pelo menos apenas deliberar submetê-la à discussão pública. Devo também dizer, para que fique o registo, que só hoje quando preparei os documentos é que tive oportunidade de analisar isto, porque senão esta questão já tinha sido levantada previamente. Posto isto deixo à consideração do senhor Presidente aquilo que se fará relativamente a este ponto".

Entretanto o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** sugeriu um intervalo de cinco minutos para que os senhores deputados pudessem analisar a lei, lei essa que se não mudou, efetivamente este ponto não pode ser mudado e como tal terá de ser retirado. Decorridos os cinco minutos então propostos, reiniciaram-se os trabalhos e o senhor **PRESIDENTE DA MESA** pôs à consideração dos presentes a votação ou a retirada do ponto. Por **UNANIMIDADE** foi decidido retirar o ponto da discussão.

PONTO Nº 10 – NOMEAÇÃO DA ENTIDADE CERTIFICADORA DE CONTAS

Usou da palavra a senhora deputada **OCTÁVIA CLEMENTE**, que disse que o Partido Socialista não tem qualquer objeção a fazer, uma vez que é proposta a adjudicação a uma das empresas que apresentou o preço mais baixo embora tenha sido escolhida por sorteio uma vez que havia outra com o mesmo valor. É uma obrigação legal e sendo assim o Partido Socialista, votará favoravelmente esta proposta.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovada em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 11 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PARECER DO ROC SOBRE AS CONTAS DE 2014

Como ninguém quis usar da palavra este ponto foi aprovado de imediato por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 12 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SEXTA ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE AMARANTE – ALTERAÇÃO AO TÍTULO VIII – AÇÃO SOCIAL

Relativamente a este ponto usou a palavra a senhora deputada **OCTÁVIA CLEMENTE**, que disse que embora não estando aqui em causa a criação de nenhuma taxa, deve sempre que possível haver discussão pública destas alterações regulamentares. Votarão favoravelmente.

Como não havia mais nenhum Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda votada em minuta para produzir efeitos imediatos, também por **UNANIMIDADE**.

Ainda antes do senhor Presidente da Assembleia Municipal dar por encerrados os trabalhos, usou ainda da palavra a senhora deputada Helena Portela, para destacar "...algo que é bom para Amarante e nos distingue pela positiva. Assim, amanhã o Externato de Vila Meã vai receber o Prémio de Escola atribuído pelo Ministério da Educação. É um prémio que distingue o trabalho de mérito. Distingue onze escolas a nível nacional e o Externato é uma delas. Quero deixar aqui os meus parabéns ao Externato de Vila Meã na pessoa do seu diretor Professor Carlos Macedo".

Como não havia mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram zero horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

